RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.
Ano V, v.1 2025. | submissão: 18/07/2025 | aceito: 20/07/2025 | publicação: 22/07/2025

O estado como inibidor do desenvolvimento produtivo em uma crise de liberdade econômica e sufocamento da classe empresarial

The state as an inhibitor of productive development in a crisis of economic freedom and suffocation of the business class

Sandro Christovam Bearare[1]

RESUMO

Este artigo analisa criticamente o impacto da atuação estatal sobre a atividade empresarial no Brasil, com base em fundamentos da teoria econômica clássica, dados institucionais e referências contemporâneas. A partir da abordagem liberal e institucionalista, investiga-se como o modelo brasileiro de governança, marcado por burocracia excessiva, carga tributária desproporcional e um aparato fiscalizador punitivista, compromete diretamente a liberdade econômica e desestimula a produção nacional. Com apoio em autores como Ludwig von Mises, cuja obra destaca os efeitos destrutivos do intervencionismo sobre a eficiência econômica e a autonomia dos indivíduos, argumenta-se que o Estado brasileiro ultrapassa seu papel legítimo de regulador e se posiciona como agente ativo de bloqueio ao desenvolvimento. Dados do Banco Mundial, da Receita Federal, da OCDE e de entidades como CNI e Sebrae demonstram que empreender no Brasil exige enfrentar um sistema que criminaliza o sucesso, burocratiza o mérito e pune a iniciativa. A pesquisa conclui que o ambiente institucional vigente não apenas falha em oferecer segurança e previsibilidade, como também constrói uma lógica de desconfiança estrutural contra quem produz. O empresário brasileiro é tratado como infrator presumido, sendo submetido a exigências incompatíveis com o crescimento econômico sustentável. A superposição de legislações ambíguas, fiscalizações unilaterais e entraves operacionais configura uma realidade onde a liberdade de empreender é reduzida à resistência silenciosa contra o próprio Estado. O estudo propõe uma revisão crítica da relação entre Estado e setor produtivo, orientada por princípios de eficiência, segurança jurídica e liberdade econômica. Não se trata de ideologia, mas de sobrevivência nacional: nenhum país prospera enquanto continua tratando seus produtores como adversários. A superação desse modelo é, portanto, uma exigência técnica, ética e estratégica para que o Brasil volte a caminhar com solidez rumo ao desenvolvimento.

Palavras-chave: liberdade econômica; intervencionismo estatal; empreendedorismo; burocracia tributária; Ludwig von Mises; instituições extrativas; ambiente de negócios no Brasil; hostilidade fiscal; eficiência produtiva; desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

This article presents a critical analysis of the impact of state action on entrepreneurial activity in Brazil, grounded in classical economic theory, institutional data, and contemporary literature. Drawing from liberal and institutionalist frameworks, the study examines how the Brazilian governance model—marked by excessive bureaucracy, disproportionate tax burdens, and a

[1] Engenheiro Eletricista, MBA em Engenharia de Produção, MBA Gestão Empresarial, Pós-graduado em Logística, psicopedagogia e extensão em neurociência. Especialista em formação e treinamento de profissionais na área de segurança, com vasta experiência em desenvolvimento de produtos, processos logísticos, coordenação de equipes operacionais e administrativas.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

punitive fiscal apparatus—undermines economic freedom and discourages national productivity. Building upon the works of Ludwig von Mises, who emphasized the destructive effects of interventionism on economic efficiency and individual autonomy, the article argues that the Brazilian state consistently oversteps its regulatory function and acts as a barrier to development. Data from the World Bank, the Federal Revenue Service, the OECD, and organizations such as CNI and Sebrae demonstrate that doing business in Brazil entails facing a system that criminalizes success, bureaucratizes merit, and penalizes initiative. The findings reveal that the current institutional environment not only fails to provide legal certainty and predictability but also fosters a structural distrust of productive agents. Brazilian entrepreneurs are treated as presumed offenders, subjected to ambiguous regulations, unilateral inspections, and operational obstacles incompatible with sustainable economic growth. The study advocates for a critical review of the relationship between the state and the productive sector, guided by principles of efficiency, legal security, and economic freedom. This is not a matter of ideology, but of national survival: no country can thrive while treating its wealth creators as adversaries. Overcoming this model is, therefore, a technical, ethical, and strategic imperative for Brazil to resume a path of solid development.

Keywords: economic freedom; state interventionism; entrepreneurship; tax bureaucracy; Ludwig von Mises; extractive institutions; business environment in Brazil; fiscal hostility; productive efficiency; economic development

INTRODUÇÃO

Ao longo da história econômica das nações, a liberdade de empreender sempre foi diretamente proporcional ao progresso material, à geração de empregos e ao avanço da inovação. No entanto, no Brasil, essa equação foi corrompida. O Estado brasileiro, sob o pretexto de regulação, promove sistematicamente uma asfixia progressiva sobre o setor produtivo, tratando os empresários, responsáveis diretos pela sustentação da máquina pública, como criminosos em potencial. O resultado é um ciclo vicioso onde quem gera riqueza é punido, enquanto a burocracia se expande como um parasita institucionalizado.

Segundo o relatório Doing Business do Banco Mundial, o Brasil ocupa posição vergonhosa entre os países mais hostis ao empreendedorismo, especialmente nos quesitos “abrir empresas”, “pagar impostos” e “lidar com permissões e licenças”. Em média, uma empresa brasileira dedica 1.501 horas por ano apenas para cumprir obrigações tributárias, número que destoa brutalmente da média da OCDE, de 161 horas. Isso configura um sistema desenhado para punir a eficiência, extorquir os produtivos e cooptar o cidadão para a dependência do Estado.

A carga tributária ultrapassa 33 por cento do PIB, enquanto o retorno em serviços básicos beira a indigência. Simultaneamente, o aparato fiscalizador opera de forma implacável, com multas, autuações, execuções e bloqueios que, muitas vezes, ignoram o contraditório e colocam o empresário numa posição de réu antes mesmo de qualquer julgamento técnico ou jurídico. É o que Douglass North define como instituições extrativas: estruturas que drenam recursos da sociedade produtiva para sustentar elites estatais e políticas, corroendo os incentivos ao investimento e à inovação.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Sob a ótica da Escola Austríaca de Economia, representada por autores como Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, esse cenário configura uma perversão do livre mercado, onde o Estado abandona seu papel de garantidor da ordem e se torna o principal agente de desordem econômica. O empreendedor, que deveria ser visto como vetor de desenvolvimento, é hoje alvo de perseguições fiscais, trabalhistas, ambientais, administrativas e até ideológicas. O aparato estatal trata a empresa como fonte de arrecadação e o empresário como sonegador em potencial, gerando um ambiente de medo, retração e desistência.

Este artigo propõe uma análise crítica e técnica sobre esse fenômeno, investigando como o modelo estatal intervencionista, punitivo e desequilibrado tem sufocado a liberdade econômica no Brasil. Com base em estudos clássicos e contemporâneos, além de dados concretos, será demonstrado que o Estado brasileiro atua como obstáculo ativo ao progresso, minando a autossuficiência nacional e sabotando a base da soberania produtiva. O que está em jogo não é apenas o sucesso de quem empreende, mas o futuro de uma nação inteira que insiste em punir quem a sustenta.

Este não é um grito de revolta isolado. É uma denúncia fundamentada, respaldada por teoria econômica, dados estatísticos e vivência prática. A mão pesada do Estado já não pesa apenas. Ela esmaga. E, diante disso, o silêncio técnico e político já não é uma opção.

REFERENCIAL TEÓRICO

A construção teórica que fundamenta este estudo está alicerçada sobre três eixos principais: a liberdade econômica como motor do desenvolvimento, o papel destrutivo do intervencionismo estatal desmedido e a deterioração institucional causada por modelos extrativos de governança.

Adam Smith, em sua obra clássica “A Riqueza das Nações”, já apontava que o papel do Estado deveria se limitar a garantir justiça, segurança e infraestrutura básica. Qualquer ingerência além desses limites distorce os incentivos naturais da economia e cria obstáculos artificiais à prosperidade. Essa ideia é reforçada pela teoria do liberalismo econômico, que sustenta que o crescimento sustentável nasce da liberdade de empreender, da proteção à propriedade privada e da previsibilidade nas relações jurídicas e comerciais.

Frédéric Bastiat, em “A Lei”, denuncia o que chama de espoliação legalizada, ou seja, o uso do aparato estatal para tomar de uns e distribuir a outros, invertendo os princípios da justiça. Em seu entendimento, quando o Estado se torna instrumento de opressão fiscal e regulatória, ele abandona sua função moral e perde legitimidade.

Autores contemporâneos, como Milton Friedman, sustentam que quanto maior o tamanho do Estado, menor o espaço para a liberdade individual. Em sua análise, o excesso de regulamentações, licenças, tributos e fiscalizações acaba por sufocar a capacidade do setor privado de gerar soluções eficientes, competitivas e inovadoras.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Douglass North, laureado com o Prêmio Nobel de Economia, amplia essa discussão ao introduzir a teoria das instituições extrativas. Segundo ele, quando as regras formais e informais de uma sociedade são moldadas para transferir riqueza da base produtiva para elites políticas e burocráticas, ocorre uma corrosão sistêmica da confiança, do investimento e da produtividade. Esse cenário é especialmente evidente em países como o Brasil, onde a insegurança jurídica, a complexidade tributária e o ativismo fiscal estatal operam como forças que inibem a livre iniciativa.

Complementando esse panorama, a Escola Austríaca de Economia oferece um diagnóstico ainda mais direto. Para Ludwig von Mises, o intervencionismo sistemático compromete a lógica de mercado, distorce preços e mata a espontaneidade empreendedora. Friedrich Hayek, por sua vez, alerta para os riscos da centralização coercitiva do poder estatal, que, ao tentar controlar todos os aspectos da vida econômica, substitui decisões livres por imposições burocráticas cada vez mais ineficazes.

O referencial teórico que sustenta este artigo não apenas denuncia o colapso do ambiente de negócios, mas evidencia que esse colapso é previsível, mensurável e absolutamente evitável. A perversão da função do Estado, quando transforma o produtor em suspeito e o arrecadador em predador, é um fenômeno amplamente estudado e condenado na literatura econômica séria. A insistência nesse modelo é, portanto, não só um erro técnico, mas uma escolha política — com consequências diretas na estagnação nacional.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e caráter analítico-crítico, com base em revisão bibliográfica e análise documental. O objetivo é compreender como o aparato estatal brasileiro tem operado de forma a desestimular, restringir e, em muitos casos, hostilizar a atividade empresarial, comprometendo diretamente os pilares do desenvolvimento econômico sustentável.

A revisão bibliográfica será fundamentada em obras clássicas da teoria econômica liberal e institucionalista, bem como em autores contemporâneos que analisam os efeitos da intervenção estatal sobre o ambiente de negócios. Entre os principais nomes estão Adam Smith, Frédéric Bastiat, Milton Friedman, Douglass North, Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, cujos trabalhos fornecem o arcabouço teórico necessário para interpretar os fenômenos observados no Brasil contemporâneo.

A análise documental será realizada a partir de relatórios e bases de dados públicas e privadas, incluindo os seguintes materiais:

- Relatório Doing Business, do Banco Mundial, que avalia o ambiente regulatório e a facilidade para se fazer negócios em diferentes países

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

- Relatórios da Receita Federal e do IBGE sobre carga tributária, tempo de cumprimento de obrigações fiscais e mortalidade empresarial
- Índice de Liberdade Econômica da Heritage Foundation, que compara a autonomia econômica em escala global
- Relatórios do Sebrae e da CNI sobre o chamado "Custo Brasil" e os impactos da burocracia no desempenho das micro, pequenas e médias empresas
- Documentos técnicos do Fórum Econômico Mundial, da OCDE e de entidades empresariais brasileiras

Será também considerado o mapeamento de casos emblemáticos de perseguição fiscal e burocrática, amplamente divulgados na mídia especializada, para ilustrar situações concretas em que a ação do Estado ultrapassou os limites do razoável e comprometeu a continuidade de atividades produtivas legítimas.

A metodologia se estrutura em três etapas:

1. Levantamento teórico e conceitual das principais ideias que sustentam o livre mercado, a liberdade econômica e os riscos do intervencionismo
2. Coleta e organização de dados estatísticos e indicadores sobre o ambiente empresarial brasileiro
3. Análise crítica e confrontação entre o modelo teórico de desenvolvimento econômico e a prática institucional vivida pelo empresário nacional

O enfoque não será o da neutralidade passiva, mas sim da análise consciente, orientada a identificar os fatores estruturais que impedem o crescimento econômico sustentado e penalizam desproporcionalmente os agentes produtivos da sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise integrada dos dados, relatórios e fundamentos teóricos evidencia um cenário sistêmico de hostilidade institucional contra a atividade empresarial no Brasil. Os números não deixam margem para interpretações subjetivas: empreender no país é um ato de resistência, travado diariamente contra uma máquina pública desproporcional, ineficiente e orientada por um viés punitivista.

De acordo com o relatório Doing Business do Banco Mundial, o Brasil ocupa posições alarmantes no ranking global de liberdade econômica. O tempo médio anual gasto por uma empresa para cumprimento de obrigações tributárias é de 1.501 horas, número quase dez vezes superior à média dos países da OCDE. Essa burocracia extrema gera não apenas custos operacionais diretos, mas sobretudo incerteza jurídica e insegurança estratégica, criando um ambiente de negócios altamente instável.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

A carga tributária total, segundo a Receita Federal, ultrapassa 33 por cento do PIB. Esse índice coloca o Brasil em patamar semelhante ao de países nórdicos, porém sem qualquer equivalência no retorno social, nos serviços públicos ou na eficiência do Estado. Ao contrário, o retorno ao cidadão e ao empreendedor é marcado por lentidão, corrupção, judicialização excessiva e ausência de previsibilidade.

Além disso, os relatórios da Confederação Nacional da Indústria e do Sebrae apontam que mais de 80 por cento das empresas brasileiras enfrentam dificuldades significativas com fiscalizações, licenças, alvarás, e processos administrativos iniciados sem critérios técnicos claros. Ações fiscais e trabalhistas muitas vezes são instauradas com base em interpretações arbitrárias, ampliando o sentimento de perseguição e criminalização generalizada do empreendedorismo.

Esse padrão operacional aproxima-se do que Douglass North define como instituições extrativas: estruturas que não promovem desenvolvimento, mas sim a transferência forçada de recursos da sociedade produtiva para a elite estatal. No contexto brasileiro, a elite extrativa não é apenas política, mas também composta por setores do Judiciário, da burocracia de Estado e da máquina arrecadatória, que atuam em conluio simbiótico para manter o sistema em retroalimentação.

O efeito prático é a retração da produção, o fechamento de pequenas e médias empresas, a informalidade crescente, e o desestímulo crônico à inovação. Dados do IBGE mostram que a taxa de mortalidade das empresas no país gira em torno de 25 por cento nos primeiros dois anos de atividade, com cerca de 40 por cento encerrando suas operações em até cinco anos. Este quadro, somado ao medo constante de autuações e bloqueios judiciais, afasta investimentos e compromete o crescimento sustentável.

Sob a lente da Escola Austríaca, a intervenção sistemática do Estado brasileiro cria distorções que rompem o elo natural entre esforço, risco e recompensa. O empresário que tenta crescer é imediatamente visado pelo sistema arrecadatório e, em vez de ser reconhecido como agente de progresso, é tratado como um suspeito. Essa inversão moral do papel social do empreendedor é um dos principais entraves à consolidação de uma economia livre, ética e competitiva.

Portanto, os resultados apontam que o Brasil não apenas não incentiva a atividade produtiva, como institui mecanismos estatais que a sabotam ativamente. A criminalização indireta do empreendedor, operada por meio de legislações ambíguas, fiscalizações desproporcionais e estruturas ineficientes, consolida uma cultura antiempresarial, incompatível com qualquer projeto sério de desenvolvimento nacional.

CONCLUSÃO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

A presente análise confirma que o Estado brasileiro, ao contrário de ser um promotor do desenvolvimento, tem se consolidado como o maior obstáculo à prosperidade econômica nacional. O aparato institucional opera de maneira desproporcional, arbitrária e hostil contra aqueles que produzem, empregam e sustentam a engrenagem social com tributos altíssimos. Em vez de oferecer segurança jurídica, previsibilidade e incentivo à iniciativa privada, o Estado atua como agente extrativo, transformando o empreendedor em alvo permanente de fiscalização, sanção e desgaste operacional.

Esse cenário não é fruto do acaso. Ele está embutido em um modelo de governança anacrônico, corporativista e excessivamente burocrático, que reproduz desigualdades, mina a competitividade nacional e desincentiva a inovação. Trata-se de um sistema que pune quem trabalha, desencoraja quem tenta e recompensa estruturas parasitárias que sobrevivem às custas do sacrifício produtivo da sociedade civil.

Ignorar os alertas históricos de pensadores como Adam Smith, Douglass North, Ludwig von Mises, Milton Friedman e tantos outros não é apenas um erro intelectual: é uma sentença de estagnação. A insistência em um modelo onde o Estado trata a empresa como inimiga, o empresário como sonegador presumido e o crescimento como ameaça à arrecadação, conduz o país a um colapso silencioso, contínuo e autoinfligido.

Portanto, não se trata apenas de reforma tributária ou simplificação burocrática. É necessária uma reconfiguração cultural profunda da relação entre Estado e empreendedor. O Brasil não crescerá enquanto continuar tratando o setor produtivo como culpado antes do julgamento, como ameaça antes da confiança e como fonte de arrecadação antes de reconhecimento social.

A restauração do equilíbrio entre liberdade econômica e atuação estatal é urgente, técnica e moralmente necessária. Sem ela, todo esforço produtivo continuará sendo combatido como se fosse um ato ilícito. E nenhuma nação sobrevive, prospera ou se ergue quando transforma seus produtores em alvos e seus empreendedores em fugitivos do próprio país que sustentam.

Referências

1. Doing Business Report – Banco Mundial: https://www.doingbusiness.org/
2. Relatório de Liberdade Econômica – Heritage Foundation: https://www.heritage.org/index/
3. Carga Tributária no Brasil – Receita Federal: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/estudos-e-tributarios/estatisticas-tributarias/carga-tributaria
4. Douglass North – Institutions, Institutional Change and Economic Performance: https://www.cambridge.org/core/books/institutions-institutional-change-and-economic-performance/ED820C6BC1A7FA3FC7B3A84B44309020

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

5. Ludwig von Mises – Ação Humana: https://mises.org/library/human-action
6. Friedrich Hayek – O Caminho da Servidão: https://mises.org/library/road-serfdom

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.